

Demonstrações Financeiras

WATTANA EMPREENDIMENTOS
E PARTICIPAÇÕES S.A.

2025



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração do Resultado Abrangente ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 19

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Wattana Empreendimentos e Participações S.A. (“Sociedade”), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 26.695 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 23.897 mil e Ativos Totais de R\$ 30.570 mil. A Assembleia Geral deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do Capital Social. A política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Demonstrações Financeiras

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante		14	18
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	14	18
Não Circulante		30.556	26.547
Investimentos	7	30.556	26.547
Total do ativo		30.570	26.565
Passivo			
Circulante		6.673	42
Dividendos a Pagar	8e	6.672	-
Impostos e Contribuições a Recolher		1	3
Serviços de Terceiros a Pagar		-	39
Patrimônio Líquido		23.897	26.523
Capital Social	8a	3.921	3.891
Reservas de Capital	8d	1.941	1.941
Outros Resultados Abrangentes		(8.794)	(4.811)
Reservas de Lucros	8b	26.829	25.502
Total do passivo e patrimônio líquido		30.570	26.565

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2025	2024
Receitas Operacionais		26.902	40.346
Resultado de Equivalência Patrimonial	7	26.902	40.346
Despesas Operacionais		(206)	(83)
Despesas Gerais e Administrativas	10	(205)	(81)
Despesas Tributárias	11	(1)	(2)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos tributos		26.695	40.263
Resultado Financeiro	9	(1)	(1)
Receitas Financeiras		-	1
Despesas Financeiras		(1)	(2)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		26.695	40.261
Lucro Líquido do Exercício		26.695	40.261
Número de ações por lote de mil	8a	1.001	1.000
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações	8c	26,67	40,26

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

	Capital Social	Reservas de Lucros		Reservas de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.891	778	17.107	1.941	-	-	23.717
Ajustes de Períodos Anteriores	-	-	1.902	-	(1.902)	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial Reflexa	-	-	-	-	(2.909)	-	(2.909)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	40.261	-	-	-	40.261
Resultado Abrangente do Exercício	-	-	-	-	-	-	35.450
Destinações:							
Dividendos Pagos	-	-	(34.546)	-	-	-	(34.546)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.891	778	24.724	1.941	(4.811)	-	26.523
Aumento de Capital	30	-	-	-	-	-	30
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	(3.983)	-	(3.983)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	26.695	26.695
Resultado Abrangente do Exercício	-	-	-	-	-	-	22.712
Destinações:							
Dividendos Pagos	-	-	(18.696)	-	-	-	(18.696)
Reservas de Lucros	-	6	20.017	-	-	(20.023)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(6.672)	(6.672)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.921	784	26.045	1.941	(8.794)	-	23.897

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Lucro Líquido do Exercício	26.695	40.261
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(3.983)	(4.811)
Ajuste de Avaliação Patrimonial - Coligadas e Controladas	(3.983)	(4.811)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	22.712	35.450

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2025	2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido do Exercício	26.695	40.261
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:	(26.901)	(40.346)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(26.901)	(40.346)
Lucro Líquido Ajustado	(206)	(85)
Aumento/ (Redução) em Impostos e Contribuições a Recolher	(2)	3
Aumento/ (Redução) em Serviços de Terceiros a Pagar	(39)	38
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades Operacionais	(247)	(44)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Dividendos Recebidos	18.909	34.583
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Investimentos	18.909	34.583
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital	30	-
Dividendos Pagos	(18.696)	(34.546)
Caixa Líquido Proveniente/ (Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	(18.666)	(34.546)
Aumento/ (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	(7)
Início do Exercício	18	25
Fim do Exercício	14	18
Aumento/ (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4)	(7)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

WATTANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Wattana Empreendimentos e Participações S.A. ("Sociedade") é uma Sociedade que tem por objetivo a administração de imóveis próprios e participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). A Wattana Empreendimentos e Participações S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

No decorrer do exercício de 2025, a estrutura de controle da Sociedade passou por reorganizações societárias. Em 30 de abril de 2025, a Bradesco Holding de Investimentos S.A. ("BHI"), adquiriu a titularidade de 100% do capital social da Sociedade, mediante aquisição da totalidade das ações detidas pelos antigos acionistas, que representavam 100% das ações até o encerramento do exercício de 2024.

A Sociedade está domiciliada na Praça General Falcão, Nº 108, Conj. 132 do Centro Empresarial e Cultural João Domingues de Araujo, Brooklin Novo, São Paulo, SP.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2025. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A Sociedade adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Sociedade conseguirá cumprir suas obrigações conforme os prazos contratuais.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 17 de abril de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento, que são prontamente conversíveis em caixa ou possuem prazo igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição das aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 06.

2.4. Ativos financeiros

O CPC 48 – Instrumentos Financeiros, classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido).

• Mensurados ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais, e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

• Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado, incluindo juros ou receita de dividendos.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são classificados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

• Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

• Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo, mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

2.5. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Sociedade reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota 2.4.

2.6. Investimentos

Os investimentos em Sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

São classificados como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. As coligadas são aquelas entidades nas quais a Sociedade, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não o controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

O resultado das controladas e coligadas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações financeiras a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

A composição dos investimentos está apresentada na Nota 7.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas, passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; e
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas.

2.8. Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Sociedade apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.9. Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre CDB - Certificados de depósitos Bancários, atualização monetária e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

A composição das Receitas Financeiras está apresentada na Nota 9.

2.10. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos Fiscais Diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Passivos Fiscais Diferidos".

Os ativos fiscais diferidos sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais ativos fiscais diferidos são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota-base de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder o limite legal. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é apurada a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos ativos fiscais diferidos, bem como os valores dos ativos fiscais diferidos não ativados, estão apresentados na Nota 13.

2.11. Apuração de resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre, e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

2.12. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata die*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata die*).

2.13. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos no final das notas explicativas.

3. NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025:

- Alterações do CPC 02 - Efeitos das mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras - As alterações, emitidas em setembro de 2024, exigem que sejam fornecidas informações úteis e completas nas demonstrações financeiras de uma companhia quando uma moeda não puder ser convertida por outra. Estabelece que as companhias adotem uma abordagem uniforme ao avaliar a possibilidade de conversão entre diferentes moedas, não sendo possível a conversão, deve-se determinar uma taxa de câmbio a ser utilizada e divulgar essa situação de forma adequada. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e não foram identificados impactos para Sociedade.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- CPC 51/ IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras. A norma, emitida em dezembro de 2025 introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas - operacional, investimentos e financiamentos - e novos subtópicos definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas explicativas. Exige maior transparência para as despesas operacionais e apresenta requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. A Sociedade está avaliando os impactos da nova norma.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e a Sociedade está avaliando os impactos destas normas.
- Emendas do CPC 48/IFRS 9 e CPC40/IFRS 7 - Contratos Referenciados à Eletricidade Dependente da Natureza. As emendas, emitidas em dezembro de 2024, visam melhorar a forma como as empresas relatam os efeitos financeiros dos contratos de eletricidade dependentes da natureza, frequentemente estruturados como acordos de compra de energia (PPAs). As emendas incluem esclarecimentos da aplicação dos requisitos de 'uso próprio', permitindo a contabilidade de hedge se esses contratos forem usados como instrumentos de hedge e adicionam novos requisitos de divulgação para ajudar os investidores a entenderem o impacto desses contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa das empresas. Essas emendas entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026, com a possibilidade de aplicação antecipada. A Sociedade está avaliando os impactos destas normas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos,

Notas Explicativas da Administração

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC, requer que a Administração da Sociedade formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis.

Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Sociedade estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os “prêmios de controle” resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Equivalência Patrimonial em investidas – Nota 7.

Determinação se a Sociedade tem influência significativa sobre uma investida.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de Dezembro	
	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB) – CDB Fácil Bradesco ⁽¹⁾	14	18
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	14	18

⁽¹⁾ Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

Notas Explicativas da Administração

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

7. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial.

Em 31 de dezembro

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)	Participação no Capital Social - %	Investimentos		Resultado de Equivalência Patrimonial ⁽¹⁾	
						2025	2024	2025	2024
RCB Investimentos S.A.	13.825	130.974	115.311	611	23,33	30.556	26.547	26.902	40.346
Total						30.556	26.547	26.902	40.346

⁽¹⁾ Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados pelas Sociedades.

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidades de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 3.921 (2024 - R\$ 3.891), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Ordinárias	1.001.028	1.000.000
Total	1.001.028	1.000.000

Pelo instrumento Protocolo e Justificação de Cisão Parcial entre a Bradesco Holding de Investimentos S.A. ("BHI") e a Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda. ("Imagra"), realizado em 30 de setembro de 2025, foi aprovada a transferência integral do investimento Wattana na BHI para a empresa Imagra com base nos valores contábeis apresentados até a data de 30 de agosto de 2025. A movimentação ocorreu exclusivamente em nível de acionistas.

Em 5 de dezembro de 2025, foi aprovado em ata de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital no valor de R\$ 30, com a emissão de 1.028 (mil e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 29,16 cada uma, com integralização à vista, no ato da subscrição, de 100% das ações subscritas, elevando o capital social de R\$ 3.891 para R\$ 3.921.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2025	2024
Reservas de lucros	26.829	25.502
Reserva legal ⁽¹⁾	784	778
Reserva de lucros ⁽²⁾	26.045	24.724

⁽¹⁾ Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

⁽²⁾ Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

c) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	26.695	40.261
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	1.001	1.000
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	26,67	40,26

d) Reserva de Capital

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o saldo da reserva de capital da Sociedade é composto pelo montante de R\$ 1.941.

Notas Explicativas da Administração

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

e) Dividendos propostos

Conforme Estatuto Social, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2025 e 2024 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2025	% ⁽¹⁾	2024	% ⁽¹⁾
Lucro Líquido do Exercício	26.695	-	40.261	-
Reserva Legal	(6)	-	-	-
Base de Cálculo	26.689	-	40.261	-
Dividendos Pagos	-	-	34.546	85,8
Dividendos Propostos	6.672	25,0	-	-

⁽¹⁾ Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9. RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Receitas Financeiras	-	1
Rendimento de Aplicações Financeiras em CDB	-	1
Despesas Financeiras	(1)	(2)
Tarifas bancárias	(1)	(2)
Total	(1)	(1)

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Serviços Prestados por terceiros ⁽¹⁾	(185)	(59)
Auditoria	(17)	(15)
Outros	(3)	(7)
Total	(205)	(81)

⁽¹⁾ Refere-se basicamente, a assessoria jurídica e contábil.

11. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2025	2024
Impostos e taxas	(1)	(2)
Total	(1)	(2)

12. PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir inclui os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Notas Explicativas da Administração

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

Em 31 de dezembro

	Ativo/ (Passivo)		Receita/ (Despesas)	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	14	18	-	-
Banco Bradesco S.A.	14	18	-	-
Dividendos a pagar	6.672	-	-	-
Imagra Imobiliária e Agrícola Ltda.	6.672	-	-	-
Dividendos recebidos	18.909	34.583	-	-
RCB Investimentos Ltda.	18.909	34.583	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	-	-	-	1
Banco Bradesco S.A.	-	-	-	1
Despesas financeiras	-	-	(1)	(2)
Banco Bradesco S.A.	-	-	(1)	(2)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador indireto da Sociedade.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	26.695	40.261
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (9%) às alíquotas vigentes	(9.076)	(13.689)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas, tributadas nas empresas correspondentes	9.146	13.718
Outros ⁽¹⁾	(70)	(29)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

⁽¹⁾ inclui, substancialmente, crédito tributário não ativado.

b) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1 (2024 - R\$ 3), referem-se ao Imposto de Renda Retido na fonte e PIS/ COFINS/ CSLL retido na fonte.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

- Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.
- A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.
- Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

A DIRETORIA

Evandro Alves de Souza
Contador – CRC 1SP335578/O-6



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 – Conjunto Térreo ao 801 – Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911 - São Paulo – SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Diretores da
Wattana Empreendimentos e Participações S.A..
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Wattana Empreendimentos e Participações S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Wattana Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em

Relatório do Auditor Independente

Wattana Empreendimentos e Participações S.A.

continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Mark Suda Yamashita
Contador CRC 1SP271754/O-9





bradesco